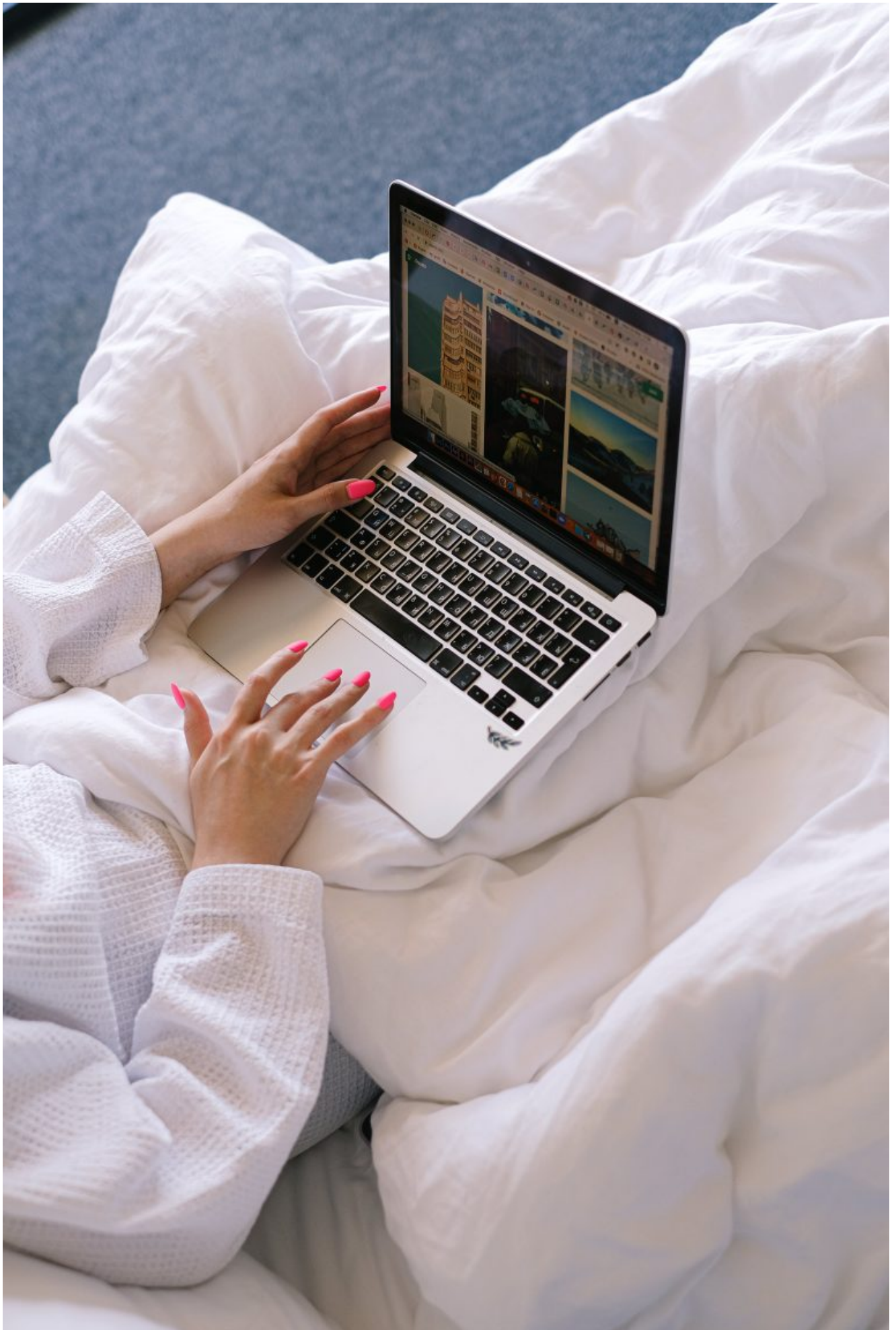


Jurista alerta para impacto social dos novos excluídos do universo digital

written by 0 Cidadão | 3 de Fevereiro, 2024



“Nós estamos a ser invadidos por legislação da União Europeia de uma forma absolutamente passiva, porque não há o mínimo de discussão no espaço público”, afirmou à Lusa o professor de direitos fundamentais da Universidade Católica, referindo-se, em particular, à regulação do espaço digital, desde as normas para a Inteligência Artificial como a transferência de informações pessoais.

“Nós deveríamos europeizar as eleições legislativas”, procurando temas mais transversais, que “vão mexer com as pessoas”, insistiu o jurista, autor do recente livro “Direitos Fundamentais para a Universo Digital”, da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Para Jorge Pereira da Silva, *“há um problema sério que é a infoexclusão”, não apenas quanto ao uso das tecnologias mas também ao impacto que esse uso tem.*

Essa infoexclusão é evidente entre os mais velhos, mas *“curiosamente, a geração mais nova, que poderia estar muito alerta para estas causas, não está”* atenta ao tema.

“Os meus alunos são utilizadores acríticos de muitas destas plataformas”, exemplificou, salientando que a autoconsciência sobre o uso das tecnologias digitais é algo que pode fraturar a sociedade.

Assiste-se a *“uma divisão entre os que beneficiam e participam na sociedade digital e aqueles que estão excluídos”, mas “nós não nos podemos dar ao luxo de ter mais uma clivagem social dessas”,* alertou o investigador.

“Grande parte do descontentamento nos Estados Unidos, que depois degenerou em populismo, tem a ver com uma disrupção económica que deixou muitos excluídos” e hoje “não nos podemos dar ao luxo de ter um novo grupo de excluídos”, que serão os que ficam à margem da inclusão digital.

Para tal, é necessário *“investir em literacia digital, mas é*

preciso também que as empresas tenham alguma moderação na sua própria transformação digital”, porque, se a fizerem de modo demasiado rápido, “irão deixar de fora pessoas que vão ter mais dificuldade em adaptar-se”.

Para a literacia digital, o investigador sugere soluções de *“formação ao longo da vida”,* até enquadradas no contexto profissionais.

Sobre Portugal, *“não consigo ser muito otimista aí porque nós estamos em plena campanha eleitoral e neste momento há duas grandes questões que estão a ser decididas na União Europeia”* – a regulação da economia digital e o Green Deal Europeu – e aqui *“não se discute publicamente”.*

“Podem dizer que quando vierem as eleições europeias poderíamos discutir isto, mas nós já sabemos que vai haver a nacionalização das eleições europeias”, com temas domésticos, salientou.

Para Pereira da Silva, o mundo entrou **no ecossistema ‘online’** sem se dar conta e de forma acrítica: *“Não nos demos conta em larga medida da dimensão da transformação que tem hoje o universo digital”.*

A internet, nos seus primórdios, tinha uma *“mentalidade americana e libertária de não regulação”* e *“não nos apercebemos, de facto, da necessidade de regulação por parte dos poderes públicos ao nível nacional e, sobretudo, ao nível transnacional”* num território sem fronteiras.

Atualmente, existem três grandes polos digitais: os Estados Unidos – com uma *“lógica de liberdade, não regulação e liberdade de expressão praticamente sem limites”* – a China – com uma *“lógica imperial em que a economia digital e a inovação é colocada ao serviço do Estado”* – e a Europa – que *“assenta na ideia de que este universo precisa de regulação para garantir aos cidadãos um conjunto de direitos e é começar pela proteção dos seus dados pessoais”.*

“O modelo europeu é dos três, aquele que é mais fiel à tradição constitucional, à defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos e, portanto, afirma claramente que os dados pessoais não são nem do Estado nem das plataformas digitais”, explica Jorge Pereira da Silva.

Por isso, o “desenvolvimento da inteligência artificial a tem que ser feito segundo parâmetros que garantam a preservação da dignidade da pessoa humana”, acima da sua utilidade para as empresas ou para os estados.

A economia digital “é dominada por empresas americanas, no bom espírito de Silicon Valley”, mas “não creio que é por causa da regulação, ou falta dela”, que os Estados Unidos estão à frente da Europa na criação de marcas, considerou o investigador.

Por outro lado, o padrão regulatório da Europa faz escola noutros países, como é o exemplo do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) que tem sido replicado noutros locais.

“O nível de regulação tem que ser diferente, consoante a dimensão das empresas” e, nem sempre, as start-ups ou organizações mais pequenas conseguem cumprir os requisitos e, para tal, existe o regulamento dos serviços digitais europeus, que impõe obrigações adequadas a cada empresa.

“Quem se queixa do excesso de regulação são as grandes plataformas que têm condições para suportar esses custos”, recorda Pereira da Silva.